



## ENVIO DE DOCUMENTOS: OS MUITOS SIGNIFICADOS DO STA, SEGUNDO A PREVIC

15/08/19



Hoje (15) é o último dia no qual as entidades estarão utilizando o SICADI para enviar à Previc informações sobre seus investimentos e contabilidade. Amanhã (16) o mesmo passará a ser feito através de um sistema totalmente desenvolvido e a partir de agora mantido pelas equipes internas da própria autarquia, o STA, sendo que essa internalização das tarefas traz consigo um significado talvez maior do que o percebido até aqui. Aliás, o mesmo raciocínio, o dessa importância ainda não totalmente compreendida, se aplica também à remessa dos demonstrativos atuariais via igualmente o STA, seguindo um modelo que será conhecido ainda este ano e utilizado a partir de 2020.

A adaptação dos demonstrativos atuariais ao STA está vindo em um segundo momento não apenas por envolver maior complexidade, mas também porque a Previc tinha mais prazo para trabalhar, por tratar-se de uma obrigação cumprida anualmente e cujo prazo de entrega é março do ano que vem.

Em entrevista ao **ANCEP NOTÍCIAS** o Diretor de Fiscalização e Monitoramento da Previc, Sérgio Djundi Taniguchi (**FOTO**), nota que "a internalização trará ganhos substanciais". O primeiro deles, claro, será em dinamismo, uma vez que não será mais necessário perder tempo conversando e solicitando coisas a um fornecedor externo do sistema informatizado e que naturalmente tem suas próprias prioridades. Sérgio sublinha: "A partir de agora o que irá prevalecer é o que considerarmos prioritário para a Previc e as entidades".

Com isso sairá ganhando, por exemplo, o diálogo entre a fiscalização e as lideranças do sistema e as próprias entidades, uma vez que sem ter que passar por um fornecedor externo ficará mais fácil analisar as implicações das sugestões recebidas da ANCEP e da ABRAPP. É que as ideias oferecidas e as alterações pleiteadas poderão ser mais facilmente analisadas e testadas, sem os custos envolvidos antes e, portanto, representando economia, nota Sérgio.

Com o STA e a utilização como padrão dos arquivos xml, a padronização assim alcançada de um lado ajudará a reduzir custos para as entidades, enquanto de outro facilitará o monitoramento por parte da fiscalização. É que será facilitado o desenvolvimento de indicadores e, portanto, aumentada a comparabilidade, permitindo com isso aos fiscais concentrar esforços nas entidades que possam representar maior risco. Quanto mais dados e maior o seu cruzamento menor será o gasto de energia e de recursos quase sempre escassos.

As entidades também serão beneficiadas na forma de um razoável incremento em sua governança, em cuja base repousa a transparência fruto da quantidade e qualidade dos dados e de seu tratamento, através de sua comparação.

"Uma outra consequência será a formação de um clima crescentemente cooperativo", aposta Sérgio.

Ele finaliza salientando que "está tudo pronto para ligarmos a chave do STA amanhã". Mas, como o prazo de entrega dos balancetes de julho só vai se encerrar de fato no final deste mês, haverá ainda uma quinzena inteira para esclarecer as dúvidas finais na prática.

Nesse sentido, Sérgio explica que a Previc estará fazendo contato com entidades que, podendo antecipar em alguns dias o envio do balancete, o façam para testar o STA em condições efetivas.

## Fusão entre a Previc e a Susep deve aumentar a participação do BC na fiscalização

A Autoridade de Seguros e Previdência Complementar (ASPC), nova autarquia que vai consolidar a supervisão dos mercados de seguros e de previdência complementar, terá uma participação mais ativa do Banco Central na fiscalização dos fundos de pensão e seguradoras, apurou o VALOR ECONÔMICO. O entendimento é que o BC possui tecnologia desenvolvida e pode ajudar no processamento de dados. Até o fim da semana o ministério da Economia deve encaminhar ao Congresso um projeto de lei para a fusão entre a Previc e a Susep, sendo que a expectativa é a de vê-lo aprovado ainda este ano.

Veja ao final o que diz o Presidente Luís Ricardo Marcondes Martins a respeito.

Inicialmente, na nova autarquia a fiscalização dessas duas áreas será separada, mas a tendência é de convergência, segundo a fonte. O objetivo é que no futuro seja desenvolvida uma equipe interna única e especializada. Os auditores fiscais gostariam de manter a exclusividade da fiscalização dos fundos de pensão. O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), Kleber Cabral, argumenta que estes profissionais possuem conhecimento específico sobre o assunto.

A nova autarquia deve ser comandada pela economista Solange Vieira. Em maio, Solange disse ao Valor que o objetivo é convergir as regras entre as modalidades aberta e fechada. À época, a economista afirmou que a isenção tributária no setor de previdência aberta tem como foco os investimentos de longo prazo. Mas hoje a isenção tributária não está associada à carteira dos planos ou ao prazo médio dos investimentos. E apesar da 'duration alta' dos fundos de pensão, é necessária maior flexibilidade para os participantes portarem recursos. Para ela, o participante do fundo de pensão deveria ter o direito de decidir se quer a renda vitalícia no fundo de pensão ou em uma seguradora, com a possibilidade de transferir os recursos.

O sócio do Bocater Advogados, Flávio Rodrigues, vê ganhos de eficiência nas potenciais mudanças. "As entidades fechadas podem ter custos administrativos altos, mas as abertas têm taxas de carregamento e de gestão de investimento também muito elevadas. Então vamos jogar o jogo da competição" disse.

"Os segmentos fechados e abertos têm natureza jurídica, tributação e de governança diferentes. É preciso primeiro diminuir a diferença, para trazer concorrência", disse ao jornal o presidente da Abrapp, Luís Ricardo Martins.

## Gastos com os regimes dos servidores dos estados aumenta 8%

O custo dos regimes previdenciários estaduais cresceu 8% em 2018, passando de R\$ 93,896 bilhões para R\$ 101,284 bilhões, informam os jornais O ESTADO DE S. PAULO, DCI, O GLOBO e VALOR ECONÔMICO.

Os valores consideram os aportes pelos cofres estaduais para cobrir o déficit previdenciário. Os gastos com inativos do serviço público consumiram 15,9% da RCL no ano passado.

A FOLHA DE S. PAULO tenta um resumo: as previdências dos estados seguem em trajetória de deterioração, aponta relatório do Tesouro Nacional divulgado nesta quarta-feira (14). Para o órgão, isso reforça a urgência da reinclusão dos estados na reforma.

## Proposta de capitalização pode ficar de fora do debate no Senado, defende Jereissati

O relator da reforma da Previdência no Senado, (foto) Tasso Jereissati (PSDB-CE), afirmou nesta quarta-feira, dia 14, que o modelo de capitalização deve ficar fora da proposta que será apreciada na Casa. De acordo com ele, o tema foi "demonizado" na Câmara e pode contaminar algumas discussões, como a inclusão de Estados e municípios nas mudanças, noticia o portal da revista VEJA.

"Eu pessoalmente sou favorável à capitalização dentro de um modelo mais elaborado. No entanto, acho que neste momento não é propício a discussão porque de alguma maneira ela já foi demonizada dentro de alguns círculos e na Câmara", declarou o senador.

A discussão sobre a capitalização, afirmou, não é urgente e pode ocorrer após a conclusão da reforma da Previdência. Colocar a capitalização na proposta paralela, junto com a inclusão de Estados e municípios, "pode contaminar algumas discussões que podem ser válidas", disse Jereissati. Mas a conversa com os governadores, em torno de medidas que ajudem fiscalmente os estados, pode pelo contrário ajudar na tramitação da reforma, acredita Jereissati, diz O GLOBO.

Já o ministro da Economia, Paulo Guedes, reconheceu não estar feliz ainda com a reforma da Previdência, pois não chegou ao objetivo final, que é a instituição do sistema de capitalização. Sem a reforma completa, segundo ele, o governo não consegue gerar empregos "aos milhões" nem acumular capital. A afirmação foi feita numa reunião fechada à imprensa, mas o Valor teve acesso à fala do ministro.

As mudanças aprovadas na Câmara, agora sob análise do Senado, são suficientes apenas para "consertar ou pelo menos dar fôlego para essa Previdência antiga". Segundo ele, ficou faltando a capitalização: "Que é o objetivo final nosso para colocar o Brasil para crescer".